

GEOGRAFIA DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO MÉDIO RIO AMAZONAS, MUNICÍPIO DE URUCARÁ-AM

Geography of agricultural colonies in the middle Amazon river, municipality of Urucará-AM

Arenilton Monteiro Serrão
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas
arenilton2@gmail.com

Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas
masulo@bol.com.br

RESUMO: Os sujeitos sociais tratados nessa pesquisa foram os camponeses historicamente constituídos nas várzeas do médio rio Amazonas, em especial nos municípios de Urucará, Parintins e Urucurituba. Nesse ecossistema, pela absorção de diferentes traços culturais, estabeleceram relações econômicas, sociais e territoriais, condição que prevaleceu até meados da década de 1950, quando grandes enchentes/cheias e indisponibilidade de terras forçaram a migração permanente para as áreas de terra firme nas décadas de 1960/70. Historicamente a base de sustentação socioeconômica desses municípios, em especial Urucará, foco da nossa pesquisa, esteve ligada a atividade camponesa e suas possíveis relações com a terra, floresta e água possibilitaram uma agricultura de subsistência, práticas extrativas e atividades pesqueiras, destacando o protagonismo da várzea na vida e nas relações estabelecidas. Sua integração mercantil possibilitou trocas de produtos e mercadorias e ao mesmo tempo, relações de exploração e subordinação do trabalho camponês, sistema rompido ou acentuado pelas novas conjunturas políticas, econômicas e sociais da década de 1960. Essa década é emblemática não apenas pela visibilidade que os movimentos sociais no campo adquiriram no Brasil, mas especialmente pela organização e fortalecimento do campesinato no médio rio Amazonas. A territorialização camponesa na terra firme se deu através de Comunidades Eclesiais de Bases e colônias agrícolas, fortalecendo suas lutas através da criação de entidades (associações, cooperativas, sindicatos, Escola Família Agrícola) e principalmente, de uma instituição que coordenasse e articulasse as ações juntamente aos setores estatais, engajado de forma ou de outra, despertar a consciência política e social desses sujeitos sociais.

Palavras-chave: Colônias Agrícolas; Camponês; Território

ABSTRACT: The social subjects treated in this research were the peasants historically constituted in the floodplains of the middle Amazon River, especially in the municipalities of Urucará, Parintins and Urucurituba. In this ecosystem, through the absorption of different cultural traits, they established economic, social and territorial relations, a condition that prevailed until the mid 1950s, when large floods / floods and land unavailability forced permanent migration to land areas in the 1960/70. Historically the base of socioeconomic support of these municipalities, in particular Urucará, the focus of our research, was linked to peasant activity and its possible relations with land, forest and water made possible subsistence agriculture, extractive practices and fishing activities, highlighting the várzea in life and established relationships. Its mercantile integration made possible the exchange of products and merchandise and at the same time, relations of exploitation and subordination of peasant labor, a system broken or accentuated by the new political, economic and social conjunctures of the 1960s. This decade is emblematic not only by the visibility that the social movements in the countryside acquired in Brazil, but especially by the organization and strengthening of the peasantry in the middle Amazon River. Peasant territorialization on the mainland took place through Ecclesiastical Communities of Bases and agricultural colonies, strengthening their struggles through the creation of

entities (associations, cooperatives, unions, School Family Agriculture) and mainly, of an institution that coordinates and articulates the actions together to the state sectors, engaged in one way or another, to awaken the political and social consciousness of these social subjects.

Keywords: Agricultural colonies; Farmer; Territory

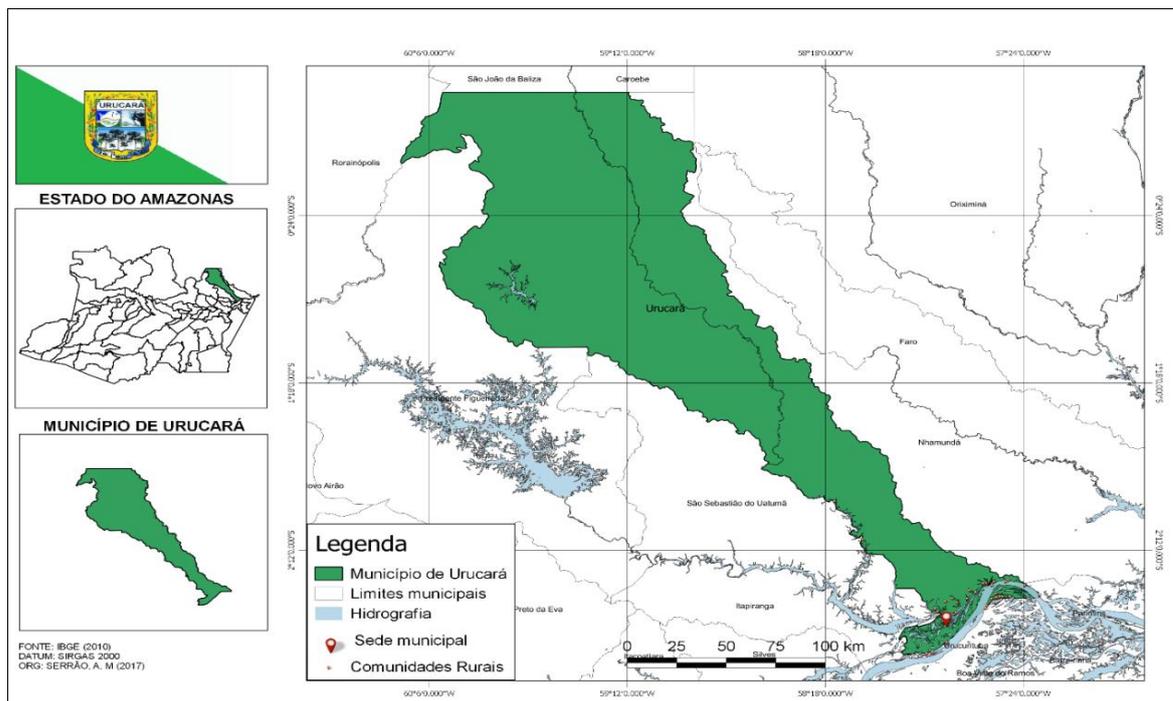
INTRODUÇÃO

Os sujeitos sociais no qual tratamos nessa pesquisa, os colonos¹, camponeses historicamente constituídos nas várzeas do médio rio Amazonas, em especial nos municípios de Urucará, Parintins e Urucurituba. Nessas localidades, pela absorção de diferentes traços culturais, estabeleceram através de territorialidades, fortes relações econômicas, sociais e políticas com as várzeas, condição que prevaleceu até meados da década de 1950, quando grandes enchentes/cheias e indisponibilidade de terras forçaram migração permanente para as áreas de terra firme nas décadas de 1960/70.

Além dos fatores naturais, muitas famílias foram atraídas pelas ofertas de terras oriundas do projeto de colonização ou pelo surgimento das primeiras Comunidades Eclesiais de Bases, apresentada pelos segmentos progressistas e libertários da Igreja Católica. Ligados a um modo de vida específico, onde a pesca, o extrativismo e a agricultura de subsistência sobressaiam sobre as principais condições de vida, foram direcionados através das colônias agrícolas, criadas a partir da década de 1970, a dedicarem exclusivamente à agricultura, rompendo com o sistema fundamental para a sua reprodução, a combinação de atividades.

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender a Formação/Organização das colônias agrícolas no médio rio Amazonas, município de Urucará/AM. O município de Urucará localizado ao leste do Estado do Amazonas, pertencente a mesorregião Centro amazonense e Microrregião de Parintins (figura 1). Possui extensão territorial de 27.903,4 km², equivalente a 2.790.337 hectares, predominando em seu território, o ecossistema de terra firme.

¹ O termo colono se deu em decorrência dos núcleos de colonização criados a partir da década de 1970 nesse trecho do território amazônico. O termo colonização deriva do latim e está relacionado ao estabelecimento de determinado grupo de sujeitos que migram para além de seus territórios, geralmente para fins agrícolas. O colono é aquele que se deslocou de um lugar para o outro, exercendo a capacidade de cultivar o solo alheio (MIGUEZ, 2009).



Pela abrangência geográfica que as colônias agrícolas adquiriram no território amazense, englobando alguns municípios pertencentes ao médio rio Amazonas, foi fundamental a caracterização desse sistema de regionalização do território com base exclusivamente no nome dos grandes e médios rios, afluentes do Amazonas (AB'SÁBER, 2010). Pela classificação desse autor, o médio rio Amazonas inicia a leste do ponto nodal de Manaus, onde acontece o notável encontro das águas do Rio Negro com o Solimões, envolvendo o grande e importante Paraná do Ramos, Baixo Rio Madeira, Ilha Tupinambarana, Paraná de Uruará, região onde se localizam alguns dos mais tradicionais núcleos urbanos do Estado do Amazonas: Maués, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Uruará, Itacoatiara, Parintins, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Presidente Figueiredo e Nhamundá, se estendendo até a região de Santarém, na foz do Rio Tapajós, onde se inicia o Baixo Rio Amazonas (figura 2).

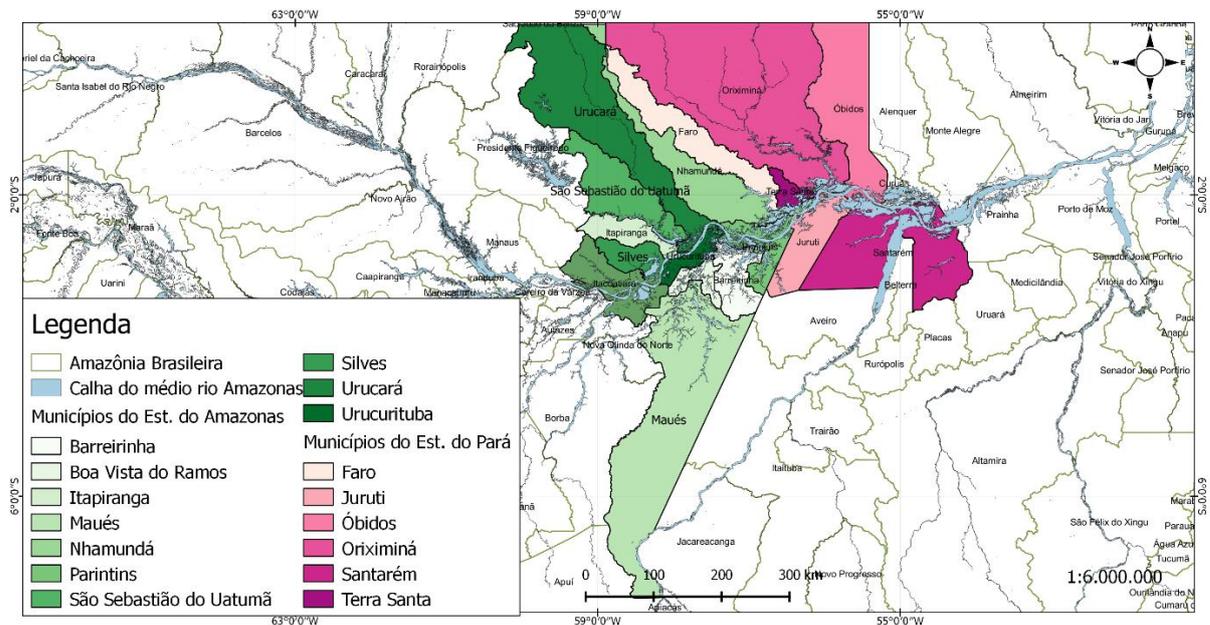


Figura 2: Caracterização da região do médio rio Amazonas.
Fonte Base cartográfica IBGE. 2010. ORG: SERRÃO, A. M. 2018.

Históricamente a base de sustentação socioeconômica desses municípios, em especial Urucará, foco da nossa pesquisa, esteve ligada a atividade camponesa e suas possíveis relações com a terra, floresta e água, seja através de agricultura de subsistência, de práticas extrativas ou de atividades pesqueiras que possibilitaram a várzea a assumir um papel de protagonismo na vida e nas relações estabelecidas territorialmente. Portanto, para compreendermos sobre quais circunstâncias foram pensados e idealizados o projeto de colonização, é fundamental recorreremos aos vários mecanismos que influenciaram direta ou indiretamente nesse processo, entre eles, a conjuntura política, econômica, social e agrária da segunda metade do século XX.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é de caráter exploratório, pautando em uma abordagem teórico-empírica, de cunho qualitativo, tendo como área de estudo o município de Urucará e suas respectivas colônias agrícolas. Anterior aos trabalhos de campos realizou-se o levantamento bibliográfico de autores e obras da ciência geográfica que tratam da teoria e conceitos pertinentes ao objeto de análise dessa pesquisa. Os principais conceitos trabalhados foram os de *território*, *territorialidade* e *camponês*. Revisamos também a literatura regional para a identificação de obras que abordam sobre o tema e as temáticas em questão.

Para a compreensão sobre quais circunstâncias foram pensados e idealizados esses projetos de colonização, foi fundamental recorreremos aos vários mecanismos que influenciaram diretas ou indiretamente nesse processo. Dessa forma, buscamos

através de entidades sociais (igreja, sindicatos, cooperativas, associações, Ongs) e dos organismos governamentais (prefeitura, câmara dos vereadores, secretarias) localizados na sede municipal fundamentos que embasassem a pesquisa. Os instrumentos metodológicos usados nessa pesquisa consistiram em entrevistas, anotações de campo, aplicação de questionários semiestruturados, registro fotográfico, confecção de mapas cartográficos e cognitivos, acompanhamento sistemáticos em determinado período do ano em atividades camponesas, eventos culturais, festas, torneios e outras formas de socialização.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A vida pretérita do camponês-ribeirinho do médio rio Amazonas

Não poderíamos iniciar essa discussão sem levar em consideração o contexto histórico, político e econômico em uma escala mais ampla. Ao contrário de outras regiões do país, onde os latifúndios, herança histórica de colonização se sobressaíam à pequena propriedade camponesa. Na Amazônia, em especial no médio rio Amazonas, essa nova realidade das grandes concentrações, foi algo intrínseco às políticas nacional-desenvolvimentista, instituída pelos governos militares (1964-1985), vista como parte integrante de um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro (FABRINI, 2014).

É preciso destacar que as famílias camponesas que ocuparam territorialmente as colônias agrícolas na década de 1970, eram oriundas do ecossistema de várzea, constituídos historicamente nesses territórios desde as primeiras décadas do século XX. Até meados da década de 1970, a maior parte da população que residia na zona rural do município de Urucará se encontrava nesse ambiente. No entanto, sucessivas enchentes/cheias que se abateram sobre esse ecossistema em períodos cronológicos curtos (1953 e 1973), fenômenos das terras caídas e a crises da juta ocasionaram não apenas perdas de plantações e sítios agrícolas, mas sucessivas migrações de famílias, dando início à nova territorialidade camponesa nas terras firmes do município.

Com a criação da Paróquia de Urucará em 1963, subordinada a Prelazia de Itacoatiara, chegaram os primeiros padres católicos para atuarem de forma permanente no município. Ao verificarem a condição de vida dos trabalhadores do campo, que em sua maioria, viviam e trabalhavam especialmente com a juta, subordinados a diversas formas de exploração (econômica, política e social), começou a se pensar na organização desses sujeitos em comunidades de bases e posteriormente, em colônias agrícolas.

Diante dessa emergência, era necessária a criação de uma instituição que intermediasse as ações sociais juntamente aos órgãos governamentais e outras entidades de apoio, ligada na maioria das vezes a igreja católica. Em janeiro de 1972, é criados por padres, missionários e camponeses, o Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU), instituição diretamente envolvida com a causa camponesa e com o projeto de colonização em solo medioamazônico. A fundação

do CETRU, sem sombra de dúvidas foi um marco na história política, econômica e geográfica do município de Urucará, representou o presente e o futuro das atuais formas de organizações sociais (colônias agrícolas, Comunidades de Bases).

A chegada das principais lideranças católicas contribuiu significativamente para mudanças de pensamento na região. Baseado na fé, o povo toma consciência de sua dignidade e de seus direitos, dinamizando a vida social em busca de uma indefinida libertação, sobretudo no campo da saúde e da educação. As comunidades e as colônias agrícolas começaram a florescer em terras livres, longe da influência do fazendeiro, que em determinado período era patrão, padrinho e também o dono da capela, da vida religiosa e dos exemplos morais. Formaram-se as diretorias eleitas periodicamente e porque não, democraticamente, jogando as primeiras e verdadeiras sementes da libertação e da organização social.

Construído sob uma configuração particular, as lideranças locais assumiram um papel central na organização e no fortalecimento da luta camponesa. Evidenciando que alguns projetos de colonização, no intuito de especializar os camponeses em fornecedores de alimentos para a exportação – borracha, cacau e guaraná já se materializam em algumas frações do território amazônico, especialmente no Estado do Pará (PINTO, 2010).

Assim como o Estatuto da Terra, que apresentava na sua essência um sentido ambíguo, no sentido de atender com políticas específicas o grande e o pequeno produtor. Para a Amazônia, essas políticas também tenderam para o mesmo caminho, pois, ao mesmo tempo em que atendia aos grandes empreendimentos agropecuários, financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), estimulava através de uma política de terra específica, projetos de colonização, que além de transferir problemas sociais de outras regiões do país para Amazônia, incentivava a produção agrícola local para atender à crescente demanda de alimentos dos grandes centros urbanos.

No Estado do Amazonas, poucos ou quase nenhum projeto de colonização estava em andamento, de modo que a inércia do Estado em torno das questões agrárias (reforma agrária ou regularização fundiária) vai ser rompida com as articulações de determinados movimentos sociais que surgiram no médio rio Amazonas, especialmente nos municípios de Urucará e Parintins.

No caso específico, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atuou de forma indireta nas políticas colonizatórias, visto que, as contrapartidas para esse processo, partiram de lideranças sociais, prelazias, paróquias, associações, cooperativas, sindicatos e lideranças camponesas, que em suma, lutavam contra a subordinação, a exploração e a renda da terra (MARTINS, 1995).

A contrapartida para a regularização fundiária se deu por intermédio do próprio Estado, no caso específico da Secretaria de Produção Rural (SEPROR-AM) e pelo Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM). Este último, criado para gerir os assuntos fundiários do estado em um período político-ideológico específico (ONETI, 2010). No entanto, não apenas pelas pressões estabelecidas pelos movimentos sociais que foram criadas devidas políticas agrícolas ou fundiárias para o camponês, algumas foram pensadas exclusivamente para frear o êxodo rural,

ocasionados principalmente pelo surgimento da Zona Franca de Manaus, no final da década de 1960.

A necessidade de organização desses camponeses era um fator crucial no cenário de grande instabilidade vivenciada pelo campo. Movimento social originado nas raízes comunitárias, permitiu a participação de distintos segmentos sociais (Estado, partidos, igreja), entre os quais, esta última assumiu um papel central nas tomadas de decisões e nas filosofias impostas.

Geografia das colônias agrícolas no médio rio Amazonas

Historicamente no Brasil, as políticas públicas voltadas para o camponês nunca estiveram nas prioridades governamentais. A conquista pelo direito a terra, educação, apoio institucional e financeiro só foram possíveis através de muitas lutas e resistências dos milhares de camponeses distribuídos geograficamente pelo território nacional.

Para o entendimento da questão agrária no médio rio Amazonas no decorrer da segunda metade do século XX, e como pano de fundo, o surgimento das colônias agrícolas nesse trecho do território, a compreensão das instituições criadas para tais propósitos, sejam elas civis ou governamentais é de fundamental importância.

Criada na maioria das vezes para enfraquecer os movimentos sociais que ganharam visibilidades no decorrer da década de 1960, em âmbito de Brasil, o governo usou de diversos artifícios para amenizar os conflitos pela terra. Pois a tão sonhada reforma agrária, palco de muitas lutas, seria superada pelo progresso econômico, pelos subsídios, incentivos fiscais, pela transformação do camponês em trabalhador assalariado e principalmente, pela transformação dos latifúndios em empresas rurais (FELICIANO, 2006).

Dois importantes mecanismos institucionais foram criados para mediar e ao mesmo tempo enfraquecer os clamores da reforma agrária apregoado pelo Estatuto da Terra nos primórdios do Regime Militar. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), tradicionalmente comandada pelo patronato rural (PINTO, 1995).

O IBRA, instituição responsável diretamente pela desconcentração do latifúndio, ao invés de dirigirem-se no sentido de ações concretas, ou seja, projetos efetivos de reforma agrária, através da desapropriação e demais instrumentos previstos na lei, concentrou-se na realização de levantamentos de dados, principalmente através do cadastramento de imóveis e sua análise (PINTO, 1995).

Em julho de 1970, com a extinção de ambas as instituições, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em face as suas novas políticas, a reforma agrária foi substituída por programas que tiveram impactos substanciais nas políticas agrárias e colonizatórias, colocando as terras da Amazônia como estratégicas na amenização de conflitos agrários de outras regiões. Vale destacar o Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970 com o

propósito de ocupar parte da Amazônia cortada pela rodovia Transamazônica e através dela, a implantação de projetos de colonização (PINTO, 1995).

A aplicação dessas políticas institucionais, programas e projetos de colonização que foram criados em nível de Brasil e de Amazônia, não se encaixariam na contextualização das colônias agrícolas que foram criadas em território medioamazônico. As implantadas nesse território, não serviriam a esse propósito, foram pensadas através de uma concepção religiosa para a amenização das formas de exploração, dar garantias de direitos sobre a terra ao posseiro e, principalmente, buscar através das políticas governamentais, a independência, justiça social e a organização dos sujeitos sociais que viviam dispersos pelos mais diversos recantos do campo medioamazônico.

A entidade responsável pela interlocução entre camponeses e o Estado foi o Centro de Treinamento Rural de Urucará (CETRU), que tinha como premissa básica, assentar camponeses oriundos das várzeas e dar titularidade aos já estabelecidos na terra firme. No primeiro artigo do Estatuto de criação, era tido como uma sociedade civil e sem fins lucrativos, destinados a treinar os homens da região para uma agricultura moderna e avançada (CETRU, 1986). Claramente compreensível nos ideais desenvolvimentistas apregoados pelo Regime Militar.

Composto administrativamente por classes sociais distintas, o Governo do Estado, possuía seu representante através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. A Prefeitura Municipal de Urucará, pela disposição em ajudar nos trabalhos de colonização, com assistência e maquinário, tornou-se um membro nato. Os camponeses por sua vez, só tiveram representação no conselho deliberativo com a saída de alguns membros externos, especialmente missionários estrangeiros que retornavam às suas terras, deixando vazias suas vagas. De alguma forma, podiam intervir em alguma decisão, algo que dificilmente acontecia.

A maior representação administrativa ficou por conta do corpo religioso de diversas origens e nacionalidades. Vale destacar que a base de criação do CETRU, se deu com apoio de padres oriundos do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME), pertencentes à Prelazia de Parintins, composto em sua maioria por padres e missionários italianos e por representantes da Prelazia de Itacoatiara, na figura de padres e missionários canadenses, ambos com metodologias e ideologias distintas.

O ano de 1975, marca a posse de padre italiano Augusto Gianola como diretor do Centro e de alguns camponeses assumindo pastas administrativas, em destaque: Raimundo Alcides Paes (Diretor de Treinamento e Secretário); Leonardo Nunes dos Santos (Diretor de Extensão); Francisco Morais Pinto (Diretor de Produção e Tesouraria); Anísio Xavier de Oliveira (Diretor de Pesquisa).

A preocupação dos dirigentes do CETRU era a ocupação imediata das terras devolutas, que em alguns casos estavam nas mãos de posseiros e fazendeiros. Com o alvorecer de novas possibilidades, camponeses, padres, missionários e autoridades políticas inspirados pelo projeto de colonização que estavam ocorrendo no estado do Pará, resolveram idealizá-las em solos do médio rio Amazonas.

Nos primeiros anos, em meio a muitas dificuldades foram criadas as primeiras colônias agrícolas, denominadas prioritárias: Boa Esperança, Marajzinho e Sororoca (município de Urucará) e Mocambo (município de Parintins). As articulações não apenas com o governo do Estado, assim com os futuros colonos, se tornaram um desafio para as lideranças católicas.

Como já comentado, parte das famílias que vieram compor os núcleos de colonização eram oriundas das várzeas, ligadas a um modo de vida específico, com territórios e territorialidades bem consolidadas e definidas. Além do cultivo de espécies perenes como o cacau e a seringa, dedicavam também ao cultivo de ciclos curtos, como a juta. A pesca, o extrativismo e outras combinações de atividades faziam parte de seus cotidianos, características fundamentais que definem o modo de vida do camponês amazônico.

Romper com esse sistema combinatório e instituir exclusivamente esses sujeitos através das colônias à agricultura, não seria uma tarefa fácil. Uma das maneiras encontradas se deu pela introdução de culturas permanentes e com viabilidade econômica. Ficando visível que padres e missionários estrangeiros tinham por objetivo especializar os colonos na agricultura, de acordo com as políticas de colonização idealizada pelo governo federal.

Com a demarcação das primeiras colônias, têm início de forma ordenada e articulada através CETRU, a territorialização camponesa na terra firme, que no caso específico recebeu a denominação de colono. Caberia aos camponeses a abertura dos primeiros roçados, a inserção dos cultivos e a construção de algumas benfeitorias (figura 3), com o intuito de “apressar” o governo com as titulações prometidas.



Figura 3: Trabalho nas colônias agrícolas, município de Urucará.
Fonte: Extraído do livro “Don Augusto Gianola”, 1980.

A união fazia a força? De fato, sim, como apregoado pelo camponês L. N (74 anos), as pessoas naquela época eram mais unidas, a base de quase todos os trabalhos era o mutirão, a ajuda mútua. Havia todo um trabalho de preparação aos pretensos colonos, pois segundo Gianola, trabalhar em colônia exigia além da vocação, dedicação e muita preparação, de modo que, para construir um território, os sujeitos projetam no espaço um trabalho, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade (RAFFESTIN, 2008).

Com a emissão das primeiras titulações em 1974, houve a intensificação da abertura de ramais e estradas integradoras. As estradas (figura 4), prioridades no projeto de colonização, passaram a integrar as colônias/comunidades, colônias/colônias, colônias/CETRU, colônias/cidade e ao mercado consumidor/comprador, passando a assumir uma posição de destaque no novo estilo de vida dos recém-titulados colonos, importância outrora assumida pelos rios, paranás e igarapés.

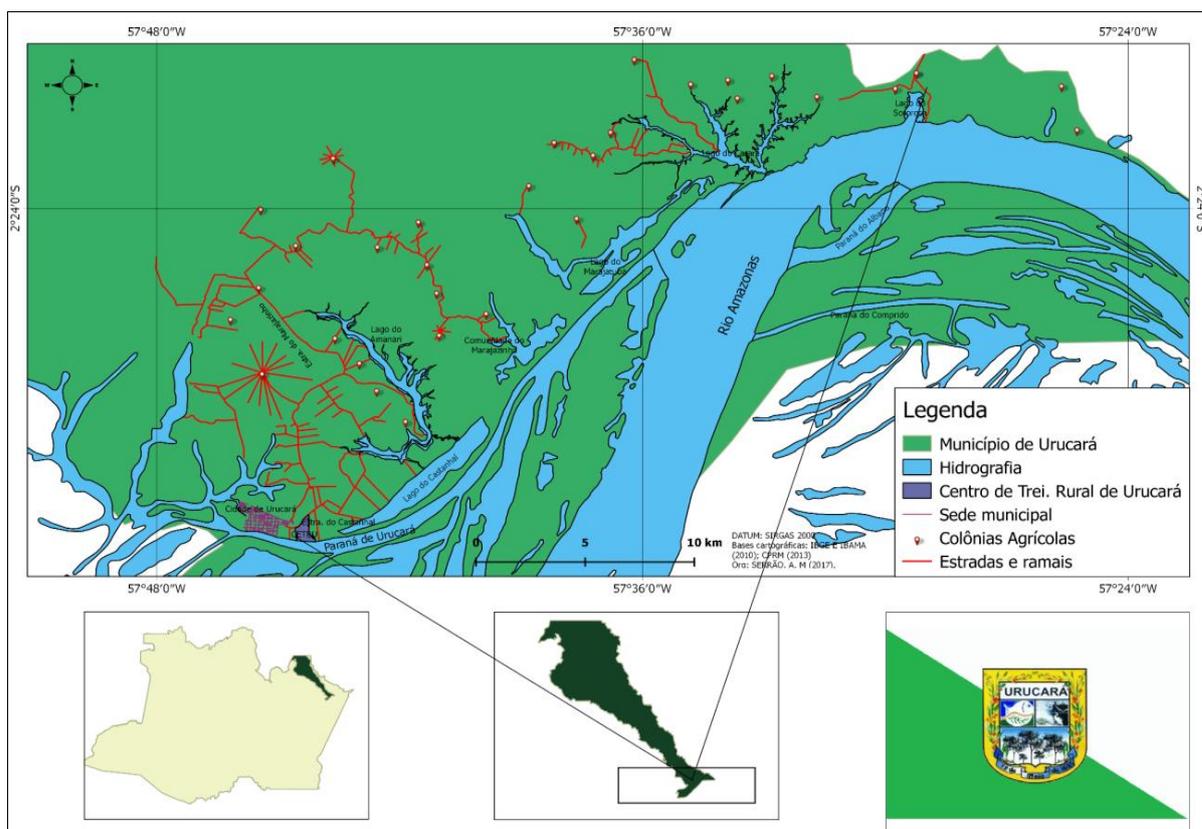


Figura 4: Ligação terrestre das colônias agrícolas do município de Urucará.
Fonte: Bases cartográficas IBGE (2010). Org. SERRÃO, A. M. 2017.

Com a consolidação das colônias, foram introduzidos os primeiros cultivos perenes, uma forma clara de amarrar o camponês a terra, fazê-los “esquecer” a várzea, o cultivo da juta, a combinação de atividades, voltando-se exclusivamente para uma agricultura moderna e com técnicas avançadas. Dois importantes cultivos tornaram a base agrícola nos primeiros anos de colonização, o arroz e o guaraná. Este último foi introduzido estrategicamente por dois motivos: pela importância econômica e pelo financiamento (linha de crédito) ofertado através do Banco do Brasil.

Os incentivos governamentais, que viabilizavam a introdução dessas culturas rentáveis do ponto de vista econômico, refletiam o compasso firmado entre o governo e o capital privado, principalmente através de incentivos e isenções de impostos para se instalarem na Amazônia. Correlacionando esses fatores, vamos ter a primeira grande demanda pelo guaraná na Amazônia e, conseqüentemente, a dispersão para novas áreas produtoras.

O município de Maués deixa de ser hegemônico na produção e comercialização do guaraná e outros polos produtores começam a se destacar, entre os quais, municípios como Urucará, Barreirinha, Parintins, Boa Vista do Ramos e outros. Em um rápido intervalo de tempo, o município de Urucará através das colônias agrícolas se transformou no segundo maior produtor de guaraná do estado e atualmente possui uma área de 480 hectares, produzindo uma média anual de 190 toneladas (figura 5).

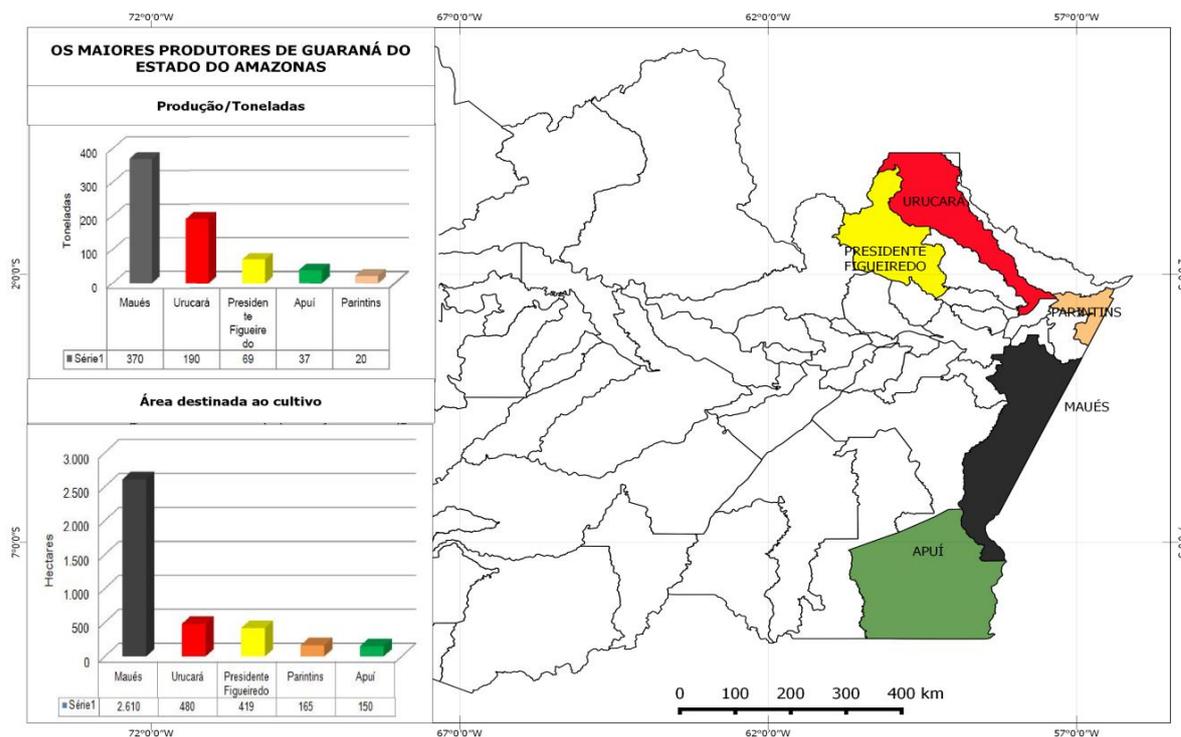


Figura 5: Os maiores produtores de guaraná do estado do Amazonas. Fonte: Bases cartográficas IBGE (2010). Org: Serrão, A. M. 2018.

No entanto, vale salientar que as colônias agrícolas não foram criadas apenas para se tornarem terras de trabalhos ou produtoras de excedentes agrícolas. Foram pensadas em alguns casos, para constituírem moradias permanentes. Geograficamente, as localizações onde foram assentados ou destinados os lotes, não eram as das melhores. As terras bem localizadas, próximas do rio Amazonas, paranás, lagos ou igarapés estavam na posse de fazendeiros, grileiros e de algumas comunidades Eclesiais. As colônias foram empurradas para as áreas centrais da floresta, muitas vezes distantes de cursos d'água e de difícil acesso, como mostrado na (figura 6).

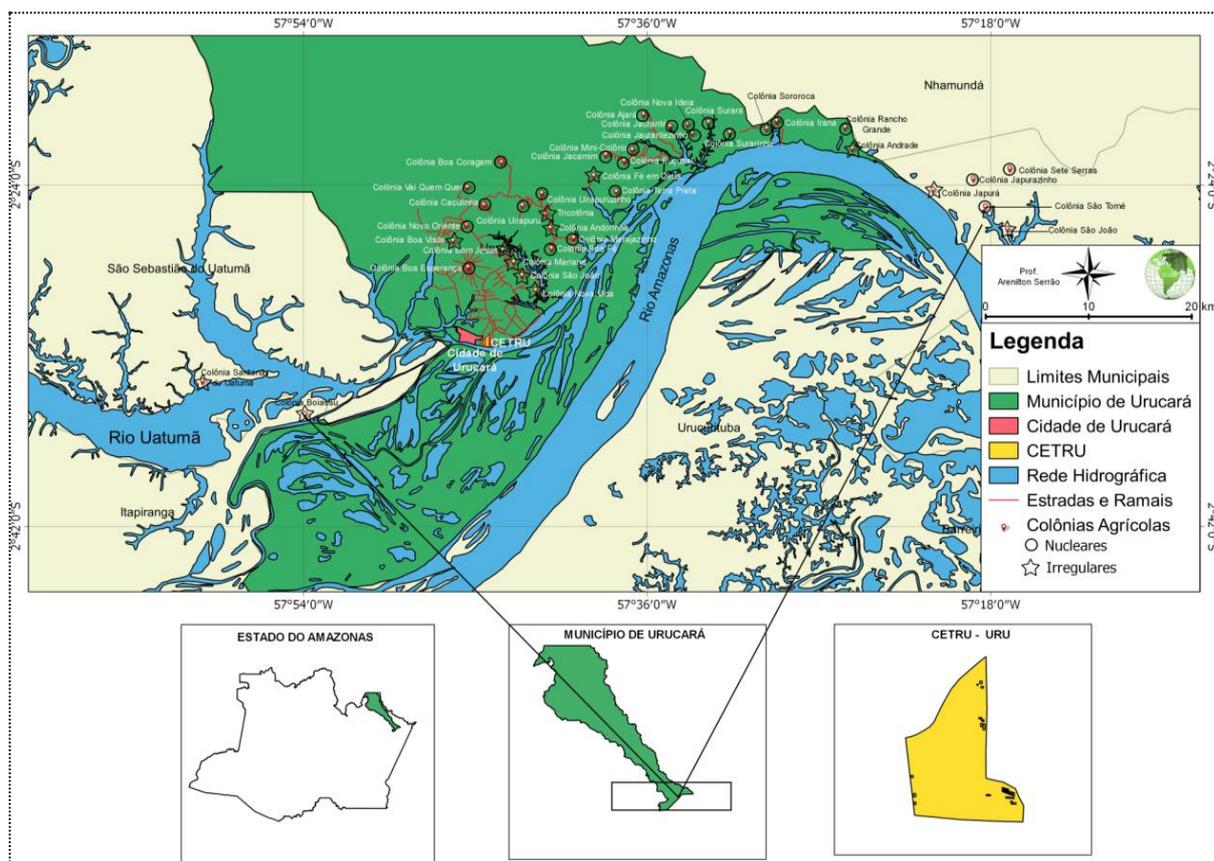


Figura 6: Território das colônias agrícolas no médio rio Amazonas.
Fonte: IBGE (2010). Org. SERRÃO, A. M. 2018.

Constituídas em distintas paisagens naturais, possuíam diversos formatos, sendo as mais comuns as retangulares e as circulares. Esta última, pelo valor religioso, simbolizava eternidade e a perfeição, não tem princípio nem fim, algo desejável para as colônias agrícolas e que infelizmente, por vários fatores, não ocorreu.

A igreja, a escola, o centro social, o campo de futebol, o posto de saúde, o poço artesiano, as casas dos colonos, os quintais e as pequenas criações localizavam na área circular, fator que facilitava os encontros, reuniões, confraternizações, assembleias, práticas esportivas e outras sociabilidades do cotidiano, como mostrado na (figura 7).

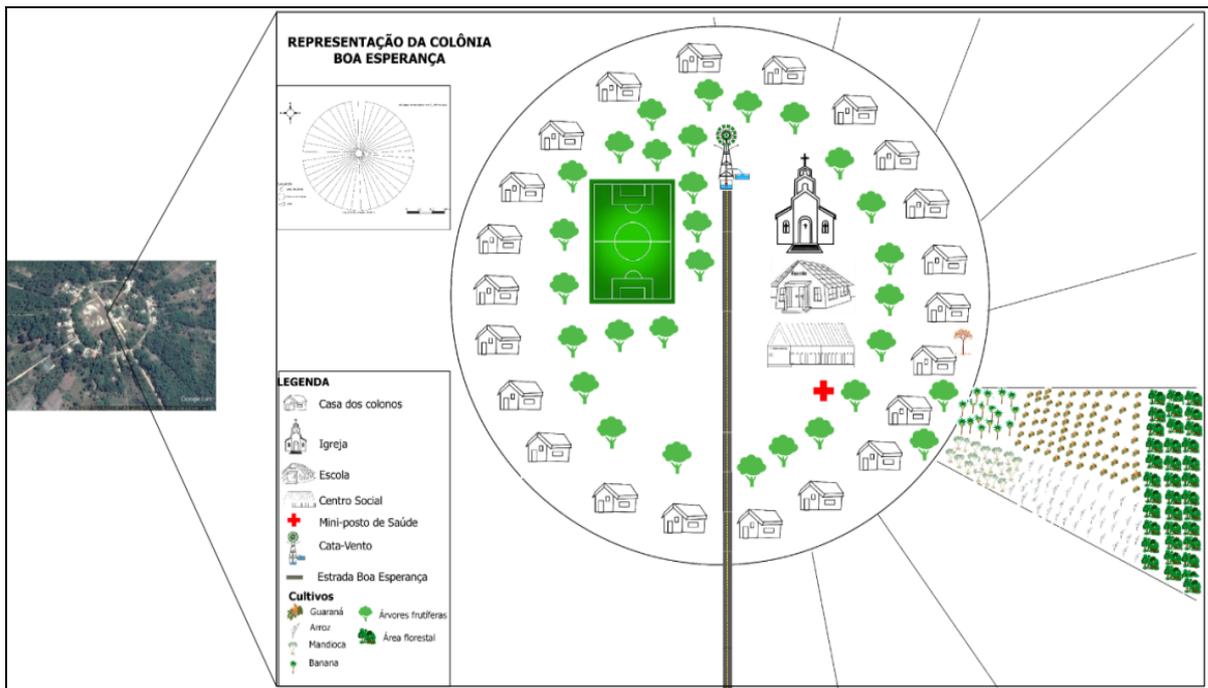


Figura 7: Representação das colônias circulares - Colônia Boa Esperança, município de Urucará. Org: Serrão, A. M (2017).

As colônias exemplificadas pelas (figuras 8 e 9) representaram o maior percentual das 38 que foram criadas no médio rio Amazonas, ou seja, fundadas a partir da abertura das estradas e ramais, concomitante ao projeto de colonização que surgiram através das rodovias amazônicas na década de 1970.



Figuras 8 e 9. Representação das colônias cortadas por estrada ou igarapés. Organização: SERRÃO, A. M (2017).

Nos dez primeiros anos de consolidação das colônias agrícolas nesse trecho do território medioamazônico, as mesmas floresceram em prosperidade, os colonos vivenciaram certa euforia econômica e social. No entanto, a crise econômica dos anos oitenta que deixou marcas profundas no cenário político, econômico e social do Brasil na transição dos governos autoritários para abertura da redemocratização, foi amplamente sentida pelos camponeses locais.

Determinados direcionamentos foram colocados com prioridade pelo Centro de Treinamento Rural de Urucará, afetando diretamente os projetos de colonização e as políticas agrícolas. O CETRU sozinho, pouco podia fazer para acompanhar os colonos com assistência técnica, abandonados a toda sorte de adversidade natural e econômica, muitas caminharam para o fracasso ainda nos primeiros anos de fundação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs a partir de uma abordagem geográfica descrever a trajetória do camponês ribeirinho ao longo do século XX e início do século XXI em um determinado recorte territorial amazônico. As colônias agrícolas que surgiram no médio rio Amazonas fizeram parte de um contexto histórico de luta e resistência dos sujeitos sociais do campo, marcadas pela violência, pela exploração, subordinação, expropriação e exclusão, ganham visibilidade na segunda metade do século XX, tendo na Reforma Agrária uma importante bandeira de luta.

Um dos pontos essenciais que marcaram essa trajetória foi a insistente recriação, adaptação, territorialidades conquistadas, perdidas, reconquistadas (desterritorialização, reterritorialização) dos sujeitos do campo amazônico, entendido na terminologia local como caboclo, ribeirinho, colono. Uma das questões norteadoras propostas no início do trabalho, atentava principalmente para a formação de uma classe específica repletas de territorialidades (terra, água, floresta) e no decorrer das pesquisas (bibliográficas e empíricas) podemos constatar as nuances, as superações do determinismo geográfico, se firmando e se reafirmando através de sua cultura, identidade e de um modo de vida próprio.

Historicamente as relações estabelecidas com outras classes sociais (não camponesa) fizeram parte de seu cotidiano, principalmente pelo privilégio de serem produtores de mercadoria, fundamental para a reprodução do capital, seja dos comerciantes-patrão ou de outras hierarquias econômicas. Trabalhavam de acordo com as demandas do mercado, distintos produtos de valor econômico (sementes, pescados, couros, látex, fibras, madeiras, essências) em relação de comércio desigual e na maioria das vezes de exploração.

A Igreja Católica na figura de alguns padres e missionários que chegaram ao estado do Amazonas na década de 1960 tiveram um papel determinante nos novos rumos do campesinato nesse trecho do território. Com cargas ideológicas distintas, as Prelazias de Itacoatiara e Parintins fincaram bases de um projeto inovador, elegendo os camponeses ribeirinhos, figura negligenciada historicamente pelo governo, como

sujeitos de transformações sociais, lançando as sementes da libertação, da autonomia, do desenvolvimento social e das amarras do patrão.

Por representar os setores da igreja sensíveis aos problemas sociais do camponês medioamazônico, esses sujeitos externos carregados ideologicamente de um pensamento progressista e libertário, os organizaram em comunidades e colônias agrícolas, fortalecendo suas lutas através da criação de entidades (associações, cooperativas, sindicatos, escola agrícola) e principalmente, de uma instituição que coordenasse e articulasse as ações juntamente aos setores estatais, engajado de uma forma ou de outra, despertar a consciência política e social desses sujeitos sociais.

Eram visíveis as transformações vivenciadas pelo campo brasileiro nesse contexto específico, principalmente pela modernização dos latifúndios e a intensa industrialização da agricultura. O governo do estado do Amazonas, não querendo ficar de fora do plano central traçado para Amazônia, seja através dos projetos de colonização ou pela inserção do capital internacional através da Zona Franca de Manaus (1967), foi um grande incentivador e apoiador para com a entidade CETRU.

Pensado para constituir um atrativo econômico e fixar os camponeses na terra através de culturas perenes implantadas em suas colônias agrícolas, evitando assim o deslocamento camponês para o grande centro urbano Manaus. É inegável a importância que o Centro de Treinamento Rural de Urucará tivera para as questões agrárias para o médio rio Amazonas, especialmente ao município de Urucará, onde foram implantadas 32 colônias das 38 criadas, representando cerca de 85%, 5 no município de Parintins e 1 em Itapiranga, criando uma verdadeira Geografia das colônias agrícolas.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira. *Estudos Avançados*. 24 (68), 2010.

CETRU. *Jornal Boa União*. CETRU 1972/1986. 2. ed. Urucará-AM, fevereiro de 1986. (mimeografado).

FABRINI, J. E. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FELICIANO, C. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *BRASIL: Dados censitários*. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geociências: Mapas, bases cartográficas e referenciais*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais.html>

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis. 5ª ed, Vozes, 1995.

MIGUEZ, S. F. *Rotas da colonização na Amazônia: legados e novas incursões*. 130 p. (Dissertação) Mestrado em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

ONETI, M. I. A. *Políticas para o campo no Amazonas: o papel político do Instituto de Terras do Amazonas*. 2010. 213f. (Dissertação), mestrado em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

PINTO, E. R. M. F. A constituição histórica da produção mercantil simples no Estado do Amazonas e a cultura da juta. In: WITKOSKI, A. C. *et. al.* (Org). *A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental?* São Paulo: Annablume, 2010. p. 141-216.

PINTO, L. C. G. Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no período 1964-1994. *Reforma Agrária*. Campinas, vol. 24, nº 1, 1995. p. 65-91.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.p. 17-35.

Recebido em 02/05/2019
Aceito em 01/08/2019